UNIVERSIDADE: UM CAMINHO DIFÍCIL

Aracy Bezerra Palhano *

"(...) a verdadeira identidade das universidades está enterrada, profundamente, sob um peso acumulado de fidelidades morais, doutrinas políticas, deturpadas lendas acerca do passado, e irrelevantes aspirações no sentido de mudar a totalidade da natureza da existência humana."

(Kenneth Minogue)

O interesse maior deste artigo será, pois, o de, através de um esforço de síntese, delimitar o que pode ser a problemática contemporânea da universidade e apontar para o que pode vir a ser o seu novo direcionamento.

O que se pode dizer, então, sobre o lugar que a universidade tem ocupado, tomando por base principalmente sua trajetória conceitual?

Com efeito, a preocupação com a especificidade daquilo que deve ser a universidade é bem antiga. O debate perpassa toda a história desta instituição em seu longo caminho...

Nesse sentido, são clássicos alguns marcos, como a noção atribuída pelos fundadores das primeiras universidades, na Idade Média, quando prevaleceu uma conceituação ligada à idéia de verdade estabelecida e de transmissora da cultura e do patrimônio da humanidade.

Para o Cardeal Henry Newman, autor de *A idéia de universidade*, inspirado na concepção de que o saber universal seria a principal aspiração humana, a universidade deveria ser o *locus* privilegiado para a transmissão desse saber. Tal fato, muito tem influenciado célebres universidades britânicas, como Oxford, Cambridge, e Dublin, nas quais a preocupação com a formação intelectual superava a preocupação com a formação profissional.

Não menos notória é a Universidade de Wilhem von Humboldt, fundador da Universidade de Berlim, em 1810, considerada uma espécie de modelo da noção moderna de universidade, justamente pela crença numa concepção universitária centrada na busca e na pesquisa da verdade.

* Especialista em orientação educacional pelo IESAE/FGV; professora no Departamento de Educação da UFMa.

A universidade, para Jaspers, ideólogo da Universidade Alemã e continuador de Humboldt, deveria valorizar mais ainda a ênfase na pesquisa, a ponto de o ensino derivar diretamente do processo de investigação e dele ser um reflexo.

A concepção universitária de A. N. Whitehead, inspirador da universidade norte-americana, exposta em *As metas da educação* (1929), que se fundamenta na idéia de que o progresso representa a grande aspiração da sociedade e que, por isso mesmo, a universidade deveria ser o seu centro principal, tendo como suportes o ensino e a pesquisa, voltados para a ação. Nisto se distanciava de Jaspers, que os entendia comprometidos com o saber (Fávero, 1975, p. 19-28; Ribeiro, 1976, p. 9-10).

Não é, evidentemente, interesse deste artigo explicitar o significado epistemológico e filosófico destas conceituações clássicas de universidade. As questões envolvidas nesta problemática transcendem aos seus objetivos imediatos.

Sua inclusão nesta discussão cumpre exclusivamente o papel de realçar a amplitude temática que está por trás da questão dos fins da universidade, e a conseqüente reflexão sobre o seu lugar histórico.

Neste sentido, o que parece mais adequado para a reflexão em curso é seu tratamento em apenas um macrorrecorte principal, aquele que busca definir o lugar da universidade a partir de concepções comprometidas com o desvelar da relação universidade/sociedade.

A questão define-se, prioritariamente, no interior da problemática de como explicitar o que de fato é o propósito da universidade, qual é sua verdadeira identidade, o que coincide com a discussão a respeito do lugar que ela ocupa.

É importante reafirmar o que muitos esquecem: o lugar que a universidade ocupa é, em qualquer situação, um lugar histórico. Datada e localizada, nela estão presentes a história de um lugar específico e de um povo específico. É, portanto, uma realidade que é influenciada e influencia. Do mesmo jeito que ela ouve, também pode falar. Sua pronúncia, em muitos casos, não é ouvida, quando abafada pelo jogo de poder (Leyendecker, 1974). Isto posto, a universidade é um produto da sociedade, pois dela se originou e nela tem construído os seus alicerces. Seu atributo histórico define-se na medida da impossibilidade de entendê-la fora de sua inserção social e política, pois são estas as esferas onde produz e reproduz o seu movimento existencial. Ela não é uma entidade isolada; sua vida, portanto, materializa-se no relacionamento que estabelece no interior da sociedade (Tragtenberg, 1979, p. 76-82).

Não é difícil perceber que a universidade, sendo uma realidade influenciada pela ordem estabelecida, tem o seu crescimento indissociado dos interesses objetivos predominantes na sociedade. Por ser, essencialmente, uma manifestação da

cultura, conclui-se que a presença desses interesses lhe dá característica de refletir o padrão de determinado modelo cultural (Fávero, 1975, p. 23). Pode ir, inclusive, além disso. Chega-se a afirmar que, ao refletir o estágio de desenvolvimento de um país e de um povo, ela exprime o estágio civilizatório prevalecente em cada sociedade específica (Lima, 1959, p. 33).

Este atributo confere-lhe uma natureza histórica, social e cultural e faz com que ela seja um lugar onde as representações sociais expressem o contato entre culturas e visões de mundo.

Em nome dessa inserção na sociedade, de ter funções estabelecidas, a partir dos interesses da sociedade de que faz parte, é comum atribuir-se à universidade um papel ativo no que tange à transformação social. Chega-se a imputar-lhe funções definidas quanto à sociedade, por força dessa contextualização.

Não é difícil, em nome desta inserção e à luz de enfoques althusserianos e afins, supor-se, como o faz Maria Stela Graciani, situações interpretativas acerca do papel social da universidade, pelas quais ou – por força de sua vinculação com a educação e com o ensino – ela representaria um dos equipamentos ideológicos encarregados de assegurar a hegemonia dos valores dominantes na sociedade, através dos mecanismos de inculcação de padrões e práticas comportamentais. Por este caminho, supõe-se que a universidade, ao lado de outros aparelhos, realiza a função de enquadramento social dos indivíduos e de reprodução de relações de classes (Graciani, 1982, p. 29; Bourdieu & Passeron, 1975).

O problema que se coloca, no entanto, é saber se, pela via da concepção funcional na qual a universidade é função de "alguma coisa" (da sociedade, do poder, da ideologia...), pode-se chegar a um melhor conhecimento da especificidade universitária, na perspectiva de explicitar o seu lugar histórico.

Não restam dúvidas de que numa sociedade de classe toda e qualquer instituição está sujeita às influências e mesmo reflete as antinomias e as lutas que ali se travam. Nada credencia a universidade a ser diferente ou estar imune a essas influências.

Se, por um lado, isto pode explicar a relação universidade *versus* sociedade em termos gerais, por outro já não dá conta, inteiramente, dos mecanismos particulares dessa relação.

Não há como deixar de reconhecer que esta é uma relação que se define num clima de tensão, cuja síntese é a luta travada entre autonomia *"versus"* controle.

Mesmo que se admita que a universidade, em última instância, esteja atrelada ao sistema de dominação e poder estabelecidos (por força das determinações da

estrutura política e econômica) não se pode, todavia, supô-la um produto automático das forças dominantes, nem tampouco das exigências sociais. É aí que reside a principal dificuldade para o funcionalismo conceitual, em termos da definição do verdadeiro *ethos* da universidade.

Esta é uma postura que, sem dúvida, tende a sobrevalorizar o papel da universidade, bem como superestimar a influência da sociedade na universidade.

Haverá sempre os que definirão a função da universidade como algo comprometido com a transformação das estruturas sociais. Haverá aqueles (a maioria) identificados com a concepção pela qual a universidade apenas funciona como reflexo da sociedade.

Atribuir-se "caráter de essencialidade" à universidade pela via da transformação social ou pela via do produto social, implica, na melhor das hipóteses, escolher o caminho mais difícil para precisar o seu caráter específico.

Mesmo se sabendo ser esta uma questão-chave, na medida em que o espaço social é a esfera na qual a universidade está inscrita e empreende sua práxis, torna-se impossível, aos recursos deste artigo caracterizar, em suas múltiplas facetas, a relação universidade/sociedade.

Recorremos pelo menos a dois tipos de angulações, como o faz Simon Schwartzman ao afirmar que a plenitude desta relação geralmente está sintetizada no cumprimento das funções crítica e sistêmica.

Pela primeira, a universidade reveste-se do atributo de representar a consciência crítica da sociedade – analisando os objetivos da sociedade, pesquisando possíveis desvios ideológicos e culturais, formulando soluções e alternativas; pela segunda ela realiza ações para consolidar ou informar sobre os objetivos da sociedade, seja pela formação de quadros dirigentes, ou da investigação científica, voltados ao desenvolvimento econômico, social e tecnológico (Schwartzman, 1983, p. 60).

A idéia de universidade como "lugar crítico" tem muitos adeptos. Fávero usa a expressão "universidade emergente" como aquela capaz de ir além de uma instituição descontextualizada, ou meramente transmissora de saber.

A universidade como "lugar crítico" é aquela na qual o compromisso universitário baseia-se na ampla discussão crítica da cultura e dos conhecimentos existentes, com vistas à projeção de rumos novos para as culturas nacionais. Torna-se indispensável para o exercício de tal prática a inserção direta no coração dos problemas comunitários.

Para Dumerval Trigueiro, a universidade, por não estar sendo um "lugar crítico", já nem mesmo consegue cumprir o seu papel primário de "transmissora de cultura". O não cumprimento dessa função tem contribuído sobremaneira para dificultar a redescoberta de seu lugar no mundo, hoje plural, tecnocratizado e cibernético (Mendes, 1975).

Seria possível aceitar as afirmações que definem a universidade como "uma instituição social", "uma parte do sistema dominante ", "um centro de civilização", "um lugar crítico"?

Sobre a questão, considerem-se as reflexões de Kenneth Minogue a respeito dos eventuais equívocos a que tais afirmativas podem levar: "o hábito de visualizar a universidade em termos funcionais tornou-se tão amplamente difundido que pode passar por verdade histórica" (Minogue, 1981). Ele parte da posição de que aí reside um problema de distinção entre função e essência. Com ironia, ele compara a concepção de universidade, no sentido funcional, tal como definir a mulher como "um bípede sem penas", ou, como escreveu Hanna Arent, em *Between past and future* (tentando demonstrar esta distinção entre função e essência), denominar de martelo o salto de um sapato, só porque ele pode ser utilizado para bater pregos na parede.

Afinal, o que caracteriza a existência da universidade é a ocorrência de conflitos permanentes entre ela e a sociedade, o que se manifesta em sua baixa reputação pública, em face de julgamentos que a classificam insatisfatoriamente, ao ponto do debate a seu respeito cingir-se, ponderavelmente, às melhores maneiras de reformá-la (Minogue, 1981).

A análise de Minogue dirige-se para localizar, no interior de séculos de existência, aquilo que pode ser a identidade histórica da universidade, o seu *ethos* mais característico, o que evidentemente não é fácil. Entretanto, uma argumentação fica patente, entre outras: a de que, no mínimo, é equivocada a caracterização da universidade através de um único critério.

Seguindo-se a argumentação de Minogue, ele termina por concluir que a universidade tem sua "essencialidade" assentada em duas situações especiais: a primeira, quando assume a identidade de um lugar onde é feita uma "interpretação específica do mundo"; a segunda (na realidade a que lhe confere o atributo mais intrínseco) quando "mantém o mundo acadêmico" – a "unica coisa que as universidades devem, obrigatoriamente, fazer; a única coisa que elas podem, de fato, fazer" (Minogue, 1981, p. 141-69).

A percepção ufanista com que, em geral, é identificada a posição da universidade, em seus (des)caminhos, constitui "peso morto" que precisa ser afastado,

para que "o mundo acadêmico surja como um vasto reino espiritualmente construtivo" (id. ibid. p.16).

Nessa perspectiva, a despeito de quaisquer influências a que a universidade esteja submetida, não há como deixar de admitir que a condição de sua independência no âmbito social define-se na existência e no "cultivo do mundo acadêmico".

Sem este atributo, a universidade jamais poderá encontrar seu caminho próprio nem garantir sua sobrevivência.

Sua existência não é, pois, produto de uma elaboração funcional ou de um exercício de retórica, mas algo que se materializa no fato de ser uma instituição sujeita ao cerco das forças sociais e políticas que dela pretendem apossar-se e geralmente dela se utilizar como instrumento de seus interesses variados. Todavia, só na aparência parece simples que o lugar privilegiado da universidade é o acadêmico. Por força de sua inserção e de seu produto histórico, ao longo do caminho, a universidade ainda mal consegue realizar as suas próprias atribuições acadêmicas, pois carrega o peso da luta diária pela conquista de sua liberdade e autonomia, numa realidade marcada pelo predomínio de interesses políticos, sociais e econômicos privados e estatais, em detrimento de uma vida acadêmica baseada na liberdade e na democracia.

Assim, o exercício pleno da atividade acadêmica, ao implicar a possibilidade de levar, pela educação e pelo avanço do conhecimento, o projeto humano à plenitude será algo que passa pela esfera do político.

Daí por que nascerão vários projetos humanos e vários humanismos, em decorrência do esforço para garantir a melhor forma de domínio técnico sobre a natureza (pela ciência) e sobre a sociedade (pela política), processo este a que Marilena Chauí identifica como a própria construção do humanismo moderno (Chauí, 1980, p. 46).

Eis por que a definição do lugar histórico da universidade acaba passando por muitas faces, fazendo o complexo parecer óbvio e o óbvio tornar-se complexo.

É possível admitir com segurança que o caminho da universidade, no passado e no presente, resume-se na luta pela existência e reprodução da esfera acadêmica; mesmo sendo um lugar eventualmente não-ocupado em plenitude, constitui-se, em última instância, no primeiro e único lugar histórico da universidade.

É, portanto, no interior da esfera acadêmica que se define a identidade essencial da universidade – um lugar cujo sentido de existir se inscreve no compromisso com a libertação intelectual do ser humano.

Gramsci afirma: "A universidade tem a tarefa humana de educar os cérebros para pensar de modo claro, seguro e pessoal, libertando-os das névoas e do caos nos quais uma cultura inorgânica, pretensiosa e confusionista ameaçava submergi-los, graças a leituras mal-absorvidas, conferências mais brilhantes do que sólidas, conversações e discussões sem conteúdo" (Gramsci, 1979, p. 145).

Que fazer, pois, para salvar a atividade acadêmica libertadora frente ao assédio de forças poderosas que disputam o domínio da sociedade e o controle da vida cultural e intelectual? Haveria, então, um caminho novo para a universidade fora dessas circunstâncias? Até onde deve ir a discussão acerca do novo lugar da universidade?

Tentando escapar do "peso morto" minogueano (do fascínio da retórica), pode-se dizer que o caminho novo da universidade é um espaço limitado por duas forças vitais: de um lado, pela própria condição acadêmica, e de outro, pela condição histórico-estrutural. Pela primeira, ela mantém e opera sua vinculação genética; pela segunda, ela reflete sua condição de entidade inserida numa dada realidade social.

Isso significa dizer que a universidade não pode realizar suas atividades acadêmicas, sem comprometer-se com as exigências concretas da realidade em que está inserida, seja produzindo ciência, cultura, tecnologia ou atendendo às exigências sociais.

Significa, ainda, não perder de vista o seu caráter fundamental de instituição voltada à formação intelectual e ao avanço do saber, que deve estar atenta e engajada no equacionamento dos problemas sociais, sem o que jamais realizará o seu compromisso humanista libertador.

Nesse sentido, o novo direcionamento da universidade deve ser o de, através do desenvolvimento efetivo de suas atividades acadêmicas, no interior da realidade objetiva, abrir novos espaços intelectuais voltados à plena discussão acerca da realização do ideal humanista, de que fala Gramsci, o qual, continuamente, se vê bloqueado diante da tecnologia moderna.

Com efeito, o novo lugar da universidade não é projeto para o amanhã, reafirma-se. Para se realizar amanhã tem que existir hoje.

É no processo de abertura desses novos espaços intelectuais para a discussão da problemática da realização do ideal humanista que se inscreve a esfera de ação da universidade.

Seu lugar deve estar comprometido com a tarefa universitária, não de preparar mão-de-obra, mas, sim, de criar a nova camada intelectual.

Assim, o lugar da universidade, em termos macroeducacionais, deve, portanto, situar-se no interior da discussão a respeito das questões ligadas ao conteúdo dos objetivos sociais da formação pessoal, profissional e acadêmica, em relação aos objetivos sociais do desenvolvimento científico e tecnológico.

Deste modo, acredita-se que o compromisso da universidade deve ir além da formação de força de trabalho, deve-se imiscuir com a formação de quadros intelectuais capazes de assumir o saber sobre o homem, a sociedade e a natureza e, ao mesmo tempo, ser capaz de exercer a crítica sobre esse saber, que nada mais é que a formação de cidadãos dotados de capacidade de reflexão científica e crítica sobre suas relações com o mundo.

Este é um caminho (difícil) para a universidade que, todavia, não se resolve por si mesmo. Sua dinâmica exige que não se perca de vista a questão dialética dos ritmos de mudança política, social, para a mudança maior, representada por uma nova cultura, cujo fundamento é a emergência de um novo modo de pensar a realidade concreta.

Referências bibliográficas

Bourdieu, P. & Passeron, J.C. *A reprodução – elementos para uma teoria de sistema de ensino.* Rio, Francisco Alves, 1975.

Chauí, Marilena. Ventos do progresso: a universidade administrada. In: *Cadernos de Debate*, Brasiliense, n. 8, 1980.

Fávero, Maria de Lourdes, de A. Reflexões sobre a universidade na sociedade atual. In: *Revista de Cultura, 69* (6) : 19-28, ago. 1975.

_____. *A universidade brasileira em busca de sua identidade.* Petrópolis, Vozes, 1977.

_____. *Universidade e poder: análise crítica, fundamentos históricos – 1930-45.* Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.

Graciani, Maria Stela Santos. *O ensino superior no Brasil – a estrutura de poder na universidade em questão.* Petrópolis, Vozes, 1982.

Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Rio, Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Concepção dialética da história.* 3. ed. Rio, Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Maquiavel, a política e o estado moderno.* 5. ed. Rio, Civilização Brasileira, 1984.

Leyendecker, Ernesto. *Universidad y dependencia.* Buenos Aires, Guadalupe, 1974.

Lima, Alceu Amoroso. *O espírito universitário.* Rio de Janeiro, Agir, 1959.

Marx, K. & Engels, F. *Crítica de educação e do ensino.* Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Moraes, 1978.

Tragtenberg, M. A. A delinqüência acadêmica, In: *Educação e Sociedade, 1* (3), 1979.

Mendes, Dumerval Trigueiro. Desenvolvimento, tecnologia e universidade. In: *Revista de Cultura, 69*(6): 5-28, ago. 1975.

Minogue, Kenneth. *O conceito de universidade. Brasília, UnB, 1981.*

Schwartzman, Simon. Como a universidade brasileira está-se pensando? In: *Para onde vai a universidade brasileira?* Fortaleza, UFCE, 1983.